

**Imagens e traçados:
a Parahyba dos primeiros séculos ⁽¹⁾**

Carla Mary S. Oliveira ⁽²⁾

Buzinas, burburinho, pressa. Quando cruzamos as ruas do centro de João Pessoa, em meio ao caos da vida moderna, muitas vezes esquecemos o que significaram aqueles prédios centenários que nos observam. Não queremos e nem temos tempo para admirá-los, pois se o fizermos corremos o risco de atrasar nossos tão urgentes compromissos do dia-a-dia.

Tampouco nos lembramos, cotidianamente, de como surgiu essa cidade que nos abriga. Não nos preocupamos em conhecer os homens e motivos que levaram à fundação da Capitania Real da Parahyba e da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, no final do século XVI. Esses detalhes não vão influenciar o corre-corre que enfrentamos no tráfego de suas avenidas.

Salvo os estudos acadêmicos, os dois parágrafos acima resumem a maneira como é vista a história dos primórdios da Paraíba. Torna-se necessário, portanto, retomar certos aspectos históricos do surgimento e estruturação da sociedade urbana colonial na cidade de Filipéia.

Os primeiros tempos da cidade

Depois das lutas para tomar o território paraibano aos potiguara, que daqui estavam sendo expulsos pelos tabajara, e da assinatura do acordo de paz com esses últimos, fato que selou a conquista em agosto de 1585, imediatamente se iniciou a escolha e demarcação do local onde se construiria a povoação. Não podemos nos esquecer de que fazia apenas cinco anos desde que a Coroa portuguesa passara às mãos de Felipe II, monarca da Espanha. Portanto, não é de se admirar que os procedimentos para a fundação do núcleo urbano seguissem as normas de uso comum na América espanhola, que levavam em conta desde a salubridade do local pretendido até a sua segurança e defesa.

Aliás, no caso de Filipéia de Nossa Senhora das Neves respeitou-se o disposto nas *Leis das Índias* (Holanda, 1936: 96-98): procurou-se um sítio com porto natural, de fácil defesa, e se erigiu a cidade sobre uma colina "*desabafada, vistosa e de bons ares e águas*" (Moreno, 1612: 199). Teve especial importância, a nosso ver, o critério da defensibilidade da sede da capitania, e foi por isso que não se escolheu um local à beira-mar, que poderia ser facilmente destruído por ataques navais. O porto natural às margens do Sanhauá, um afluente do rio Paraíba - cuja foz poderia ser protegida sem problemas por uma fortificação guarnecida com artilharia pesada - foi a localidade que melhor atendeu a essa busca:

"(...) o ouvidor geral (...) foi logo ao pé ver alguns sitios, e á tarde a cavallo até o ribeirão Jaguaripe ⁽³⁾ para o cabo branco, e outras partes, com o que se-recolheu á noite infadado, incommendando isso na manhã que, vinha a N.sa S.ra devotamente, foi Deus servido á sua intercessão, como padroeira d'aquela nova

planta, concluisse que assentasse n'aquela parte sobre o pôrto, onde agora está a cidade, planicie de mais de meia legua, muito chão, de todas as partes cercado d'agua, senhora do pôrto ⁽⁴⁾, que com um falcão se-passa além." (Travassos, 1595: 66-67)

A preocupação de Martim Leitão com a escolha do local definitivo da sede da capitania não era, como pode parecer, um cuidado pessoal: havia toda uma estrutura burocrático-normativa por trás de seus atos. No universo da colonização espanhola era essa a praxe, e como naquele momento as colônias lusitanas estavam submetidas, assim como a metrópole, aos governantes castelhanos, tornou-se também essa prática desejável em terras brasileiras.

Após a definição do melhor local para a povoação, a construção de casas e igrejas, assim como dos prédios que abrigariam a administração da capitania e das fortificações, se iniciou logo. Para tanto, utilizou-se o trabalho dos 65 homens que acompanhavam o ouvidor geral Martim Leitão em sua viagem à Paraíba (Travassos, 1595: 66).

O fato de a povoação já ter surgido com o status de cidade diferenciou Filipéia de Nossa Senhora das Neves dos outros aglomerados urbanos que iam aparecendo pelo Brasil. Somente outras duas localidades tiveram mesma condição: São Sebastião do Rio de Janeiro e São Cristóvão do Rio de Sergipe (Moreno, 1612: 203). Esse detalhe, aliado à observância das normas espanholas, refletiu-se na regularidade do traçado das primeiras ruas que foram abertas, o que pode ser percebido em vários mapas do século XVII, onde o desenho geométrico e racional da cidade é logo notado.



LEGENDA: G - Igreja e Conv. de São Bento; L - Igreja de São Francisco/Conv. de Sto Antônio;
M - Igreja Matriz; N - Igreja da Misericórdia; O - Igreja de São Gonçalo.

Fig. 1- Detalhe de "Carta da Barra do Rio Paraíba ou Rio de São Domingos", do **Livro que Dá Razão do Estado do Brasil** (Moreno, 1612).

Os mapas de origem neerlandesa realçam essa geometria exata, o que fazia grande diferença aos olhos europeus, especialmente se levarmos em conta que essa não era a característica das vilas e cidades portuguesas na América. A regularidade urbanística sempre foi atributo, no mundo colonial latino-americano, dos aglomerados urbanos que surgiram em territórios sob domínio da Coroa espanhola (Holanda, 1936: 96-98; Theodoro, 1992: 123). A cidade de Filipéia se destacava

justamente por esse caráter urbanístico e, mais ainda, pela presença marcante de prédios imponentes (Raminelli, 1992: 164).

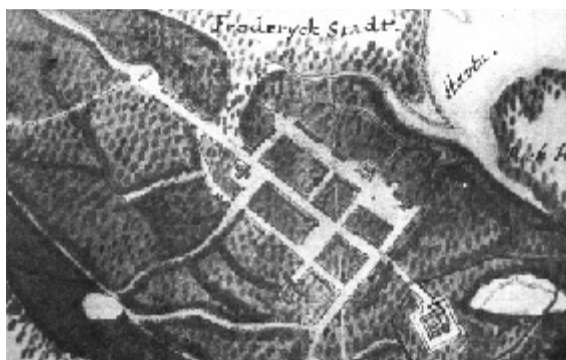


Fig. 2 - Detalhe de "Frederyck Stadt", atribuído a Johannes Vingboons (cerca de 1635/1640).



Fig. 3 - Detalhe de "Afbeeldinghe van Pariba ende Forten" (primeira metade do século XVII)

Cerca de 40 anos após sua fundação, a cidade já contava com 100 casas e se podia mobilizar de imediato, na área urbana, 100 homens brancos para defendê-la em caso de emergência, e mais 500 num raio de quatro léguas ⁽⁵⁾ (Paschoa, 1630: 371). Esses números foram mais ou menos constantes por quase 20 anos. Em 1612 havia apenas 20 casas a menos na cidade, e podemos deduzir que o contingente "mobilizável" para a defesa fosse proporcional a essa diferença. Nesse caso, por volta de 1610 haveria mais ou menos 480 homens livres capazes de pegar em armas e defender a cidade. Na verdade, Diogo de Campos Moreno registra "*mais de setecentos moradores brancos*" em toda a capitania nessa época (1612: 203).

Um detalhe que também facilitou a construção da cidade foi a disponibilidade de pedra e calcário nas proximidades do local escolhido para se erguer os primeiros prédios. A existência desses materiais se refletiu na qualidade das edificações. O fato de que desde o primeiro momento estivessem presentes importantes ordens religiosas na Capitania só favoreceu a consolidação do núcleo urbano, posto que assim que as defesas da cidade foram instaladas se iniciou a construção da igreja matriz de Nossa Senhora das Neves e, em seguida, das igrejas e conventos dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos (Aquino, 1988: 45; Mello, 1994: 26-27).

Pelo menos durante os primeiros quinze anos de vida a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves ainda teve como grande empecilho ao seu crescimento os

constantemente conflitos com os índios que habitavam a região. A paz definitiva com os potiguara foi assinada apenas em 1599, e só então a Parahyba pôde, de fato, ver o crescimento efetivo de sua participação na economia colonial (Mello, 1994: 33-34).

Pouco mais de 50 anos depois de sua fundação, a atual João Pessoa já contava com seis templos, se bem que alguns ainda estivessem inacabados. A esse respeito, o holandês Elias Herckmans, governador da capitania ocupada, deixa bem clara a presença religiosa na então chamada Friederikstadt:

"A cidade Frederica está situada ao comprido sobre a eminência do monte que fica defronte da Baía do Varadouro. Contam-se nela seis igrejas e conventos, que são os seguintes. O convento de S. Francisco é o maior e o mais belo: está cercado de um muro e por dentro foi construído mui regularmente. (...)

Segue-se o convento dos Carmelitas, cujos frades se têm conservado nele até o presente. O convento não está ainda de todo acabado, porque somente há poucos anos que este lugar é cidade, e em grande parte lhe faltaram os meios.

O mesmo se dá com o convento de S. Bento. Quando os Neerlandeses o ocuparam, estavam levantadas as suas paredes, mas não tinha coberta, e muito menos se achava interiormente construído. (...)

Além desses três conventos, há nesta cidade três igrejas, a principal das quais é a matriz. É uma obra que promete ser grandiosa, mas até o presente não foi acabada, e assim continua, arruinando cada vez mais de dia em dia. (...)

Segue-se a igreja da Misericórdia. está quase acabada: os Portugueses servem-se dela em lugar da matriz. (...)

A sexta e última igreja, que assinala também o limite extremo da cidade, é uma igrejazinha, ou, para melhor dizer, uma simples capela com a denominação de São Gonçalo.

Daí estende-se a cidade para o oriente até o convento de S. Francisco com o comprimento de quase um quarto de hora de viagem, mas escassamente edificada e com muito terreno desocupado." ⁽⁶⁾ (Herckmans, 1639: 65-67)

Outro holandês, Gaspar Barléu, é menos "elogioso" em sua descrição da Paraíba:

*"Os habitantes ou são livres, como os portugueses, holandeses e europeus em geral e até mesmo os brasileiros indígenas; ou escravos, os quais são ou índios, ou negros comprados já no reino da Angola, já no Cabo Verde e levados para lá. Moram em povoados, cujas casas não são pegadas umas às outras, qual, entre nós se usa, mas esparsas, seja por medo de se alastrarem incêndios, seja por imperícia de edificarem. Empregam pedras e telhas, mas não ferro. Quando vão construir uma casa, levantam primeiro os esteios e escoras, estendem sobre eles um ripado sobre o qual armam o telhado, coberto de telhas ou de folhas de coqueiro. Vivem nessas habitações. O andar térreo serve-lhes de armazém e despensa. As paredes laterais são formadas de varas rebocadas, sem capricho, nem elegância. A cidade propriamente contém alguns edifícios bonitos, feitos de pedra, cujos cantos e janelas são de mármore branco, sendo o resto das paredes de alvenaria." ⁽⁷⁾
(Barléu, 1647: 72-73)*



Fig. 4 - "Frederica Civitas", anexo ao *História dos Fatos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, de Gaspar Barléu (1647).

A cidade já possuía, então, seis ruas (Alcântara, 1983: 26, 30), e as igrejas principais formavam - e formam ainda - o exato desenho de uma cruz, visto que o convento franciscano se situa ao norte, no ponto que seria seu topo, a Igreja da Misericórdia ao sul, em sua base, o convento carmelita, a leste, e o beneditino, a oeste, nos pontos correspondentes às extremidades de seus braços.

Se impõe aqui a seguinte questão: não haveria neste "traçado" uma "mensagem" ainda indecifrada? Acostumamo-nos a estudar a palavra, a representação artística, a imagem, as escrituras, os documentos. No entanto, este simples detalhe na distribuição do espaço físico de um aglomerado que já nasceu com o *status* de cidade (Travassos, 1595; Almeida, 1993) e teve logo definidas suas primeiras ruas merece especial atenção.



Fig. 5 - Detalhe de "Abbildung der Statt und Beftung Parayba in der Landchaft Brasilia" (1646).

Pode-se construir o entendimento de que tal conformação "urbana" seria uma demonstração velada da importância dos serviços das ordens católicas para a ocupação das terras ao longo do Rio Paraíba⁽⁸⁾. As próprias igrejas podem ser

analisadas enquanto forma de afirmação de um poder simbólico frente à população simples da época, isto porque, indubitavelmente, esses templos destacavam-se na paisagem rude e até meio inóspita da cidade. Tanto era assim que nas descrições do conglomerado que remanesceram do século XVII, tal aspecto era sempre citado. Um exemplo disso nos é dado em Diálogos das Grandezas do Brasil:

"[A cidade] está situada pelo rio acima, ao longo dele, posto que pequena, todavia é povoada de muitas casas, todas de pedra e cal e já enobrecida de três religiões que nela assistem com seus conventos, a saber, o da Ordem do Patriarca São Bento e os religiosos de Nossa Senhora do Carmo com os do Seráfico Padre São Francisco da Província Capucha de Santo Antônio, que têm um convento suntuoso, o melhor dos daquela Ordem em todo o estado do Brasil. [...] No espiritual é esta Capitania da Paraíba cabeça das demais da parte do norte, de Pernambuco adiante, porquanto se intitula o Prelado administrador da Paraíba." (Brandão, 1618: 26)



Fig. 6 - Frans Janz Post, "A Cidade e o Castelo de Frederik na Parayba" (1638).

Somente a última frase de Ambrósio Brandão - *"No espiritual é esta Capitania da Paraíba cabeça das demais da parte do norte..."* - ou melhor, de seu personagem Brandônio, já bastaria para perceber-se a proeminência da Igreja nas terras paraibanas. Contudo, não é demais citar também o comentário presente no **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** que, do mesmo modo, destaca a presença religiosa na cidade que, então, contava com apenas 27 anos de fundação:

"Na cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves que, como se vê pelo rio [no mapa] acima dista [do mar] quatro léguas, há três mosteiros, e um deles de capuchos, mui suntuoso, com outros edifícios nobres de pedra e cal, que cada dia se aumentam; tem hoje esta povoação oitenta vizinhos brancos, está situada em lhanura, que se faz em alto, desabafada, vistosa e de bons ares e água, com sua fonte particular (...)." (Moreno, 1612: 199).



Fig. 7 - *Prospetto della Città di Paraíba* (1698).



LEGENDA: 1) Igreja e Convento de São Francisco; 2) Igreja e Mosteiro de São Bento; 3) Igreja e Convento de N. Sra. do Carmo; 4) Igreja da Misericórdia; 5) Porto, Casa da Companhia e Alfândega; 6) Igreja de São Gonçalo.

Fig. 8 - detalhe do *Prospetto*.

Essa recorrência à descrição **quase** que obrigatória das igrejas - salvo no registro de Barléu - como se a cidade não pudesse existir sem elas, não deve ser desconsiderada, pois nesse caso cabe a observação de John Bossy sobre a importância da palavra na sociedade cristã:

"Numa civilização da palavra, as palavras são dignas de atenção. Em qualquer altura, o seu significado pode mudar, e mudar de maneira significativa. Nessas ocasiões, as suas mudanças podem ser sintoma de uma alteração geral nos processos mentais, e uma prova histórica a um nível que, de outro modo, seria de difícil observação." (1990: 194)

No caso, apenas essa recorrência já seria sintomática da posição da Igreja católica dentro do universo colonial, de seu imaginário. A não-mudança aí é mais relevante, mais demonstradora de um juízo que coloca, de modo claro, a **Fé** como mola propulsora da conquista.

Economia e sociedade da velha Parahyba

O primeiro século da Capitania Real da Parahyba foi um período de consolidação da conquista e de estruturação da economia. Se inicialmente poucos portugueses se

dispuseram a vir morar em terras paraibanas e arriscar-se na administração de uma propriedade, já que entre 1585 e 1600 apenas cinco sesmarias foram concedidas pela Coroa (Mello, 1994: 29; Mello, H., 1993: 50), o mesmo não se pode dizer do século XVII, em que as sesmarias espalharam-se pelos vales dos rios Paraíba e Mamanguape para, depois de 1650, alcançar o interior da capitania e até mesmo o sertão, já em pleno século XVIII (Mello, 1994: 29).

Muito se discutiu, até hoje, sobre a ligação intrínseca existente entre a expansão da agromanufatura do açúcar no litoral, a pecuária no interior, e a consolidação da ocupação, colonização e povoamento do território paraibano. Tais atividades econômicas tiveram, obviamente, enorme importância nesse processo. Contudo, somaram-se a elas outros elementos, tais como a "necessidade" de se expandir a **Fé** católica em terras americanas, assim como uma leve "pressão populacional" dos fidalgos não-primogênitos da aristocracia ibérica, que deviam buscar no além-mar e na aventura empreendedora na América os meios para enriquecer, posto que não tinham direito à herança ou título paternos.

Ora, esses jovens homens europeus ⁽⁹⁾ geralmente vinham para o Brasil solteiros e aqui, depois de estabelecerem seus negócios, buscavam constituir família. Aí está, segundo Gilberto Freyre (1933: 09), a origem da miscigenação étnica americana. Não foi diferente o ocorrido na Paraíba. À certa altura, o mestiçamento alarmou tanto às autoridades portuguesas que se passou a trazer para o Brasil moças brancas órfãs, para ser desposadas pelos colonos solteiros, sob as bênçãos da Santa Madre Igreja (Mello, H., 1993: 51-52).

O modelo familiar patriarcal foi firmando-se como uma das bases da sociedade paraibana, e podemos perceber, ainda hoje, como ele está arraigado tanto na economia quanto na política locais. Durante os séculos XVII e XVIII esse modelo foi estruturando-se progressivamente, num meio marcado pelo poderio masculino e pela submissão feminina. À figura do patriarca, ou melhor, do senhor-de-engenho, se agregavam esposa, filhos, amantes, protegidos, correligionários, empregados e, sob o jugo de todos esses, a escravaria (Mello, H., 1993: 52; Mello, 1994: 30).

Aliás, a família patriarcal do senhor-de-engenho era conseqüência, também, da realidade econômica da agromanufatura do açúcar, em que o isolamento geográfico das propriedades rurais tornava o senhor um mandatário com poderes absolutos e irrefutáveis, de vida e morte, dentro dos limites de sua sesmaria. Os casamentos eram quase sempre arranjados, servindo tanto às conveniências políticas quanto econômicas.

A alimentação dos colonos era baseada no consumo de mandioca, milho, batata doce, frutas nativas, caça e pesca (Barléu, 1647: 72). Por serem praticamente auto-suficientes, as grandes propriedades rurais se constituíam, verdadeiramente, como unidades autônomas, sob o jugo de um único senhor. Daí a adaptação dos costumes alimentares aos víveres disponíveis na colônia e, portanto, a preferência por não depender de produtos de além-mar, ao menos nos primeiros séculos da colonização.

Decadência econômica X Opuência arquitetônica

O século XVIII, período em que serão concluídas as principais obras barrocas na Paraíba, é marcado por paradoxos. Enquanto a economia paraibana mergulhava num ciclo de estagnação crescente, que estendeu seus efeitos até os séculos seguintes, a cidade via as fachadas dos templos cristãos se enchendo de ornamentos em pedra ricamente esculpida com rendilhados e volutas imponentes.

Se antes e mesmo durante o domínio holandês sobre o litoral nordestino

(1634/1654) as terras de massapê da Paraíba eram prósperas na produção de açúcar, chegando a exportar de 10 a 12 mil caixas anuais (Régis, 1982: 188), esse quadro se inverteu radicalmente com a "guerra de reconquista" travada contra os neerlandeses.

Na ânsia de retirar o atrativo principal que enraizava os invasores à área açucareira e facilitar sua expulsão, plantações e engenhos foram queimados, moendas quebradas e propriedades abandonadas, ao mesmo tempo em que o braço armado da Coroa portuguesa, sustentado pelos próprios senhores-de-engenho da colônia - antes satisfeitos com a política de incentivos da WIC (*West-Indische Compagnie*: Cia. das Índias Ocidentais), mas que não queriam pagar suas dívidas quando de seu vencimento - empurrava os batavos de volta ao mar.

Apesar de ter se conseguido retomar o controle sobre o litoral nordestino, a economia local se viu fortemente abalada pela estratégia adotada nas lutas de reconquista. O setor produtivo foi duramente minado, especialmente no que dizia respeito à destruição de engenhos. Sua reconstrução demandaria altos investimentos de tempo e capital, diminuindo a lucratividade das primeiras safras. A produção açucareira paraibana baixou a patamares anteriormente inimagináveis: cerca de míseras 100 caixas em alguns anos (Régis, 1982: 189). A essa situação somava-se a concorrência do açúcar antilhano nos mercados europeus, pois ele era produzido a menores custos, e justamente pelos holandeses expulsos do Brasil, além da conjuntura econômica desfavorável no Império português (Régis, 1982:188).

Os reflexos da crise do açúcar fizeram-se sentir, tanto na Paraíba quanto em Pernambuco, por mais de 150 anos. Na verdade, a situação da Paraíba agravou-se a tal ponto que a capitania esteve subordinada à administração de Pernambuco entre 1756 e 1799 (Régis, 1982; Mello, 1994: 78-79; Mariz, 1922: 50-51). Causa espanto que justamente num século marcado por profunda crise, iniciada com as lutas contra os holandeses ainda no século anterior e agravada por sucessivas secas e inundações ⁽¹⁰⁾, se tenham concluído, com tanto esmero, as obras das igrejas de São Francisco, Nossa Senhora do Carmo, São Bento e São Gonçalo, todas na sede da capitania.

Em 1774, ao tomar posse como governador de Pernambuco e Paraíba, José César de Meneses encontrou uma cidade muito diferente da descrita pelos cronistas do início do século anterior. Já havia hospital, alfândega, alojamentos para as tropas militares, cerca de 2.400 habitações e bem mais de dez mil habitantes livres em sua freguesia (Joffily, 1892: 319-323). Não se tratava mais de um lugarejo com 6 ruelas e algumas poucas casas, mas sim de uma cidade portadora de todos os símbolos do poder da Coroa portuguesa.



Fig. 9 - Cruz de Malta no portal central da galilé, Igreja de São Francisco (João Pessoa - PB).



Fig. 10 - Detalhe do forro do vestibulo, Igreja de Nossa Senhora do Carmo (João Pessoa - PB).

O poder lusitano se fazia presente nas terras paraibanas tanto pela cobrança de impostos como pela manutenção de tropas na capitania. Mais ainda, em alguns dos templos que estavam sendo concluídos existiam símbolos esparsos, mas significativos, do poder real português na colônia: a coluna direita do portal de entrada da nave, na galilé da Igreja de São Francisco ostenta, incrustada, a cruz de malta; e as pinturas do forro do vestíbulo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo trazem como fundo arranjos florais nas cores da Casa de Avis (azul, branco e vermelho). São detalhes que podem parecer ínfimos, mas que poderiam explicar o sentido de existir, numa cidade de economia e vida social estagnadas, ao menos três templos de esmerada concepção arquitetônica, isso sem mencionar as igrejas menores existentes no perímetro urbano, como as de Nossa Senhora da Mãe dos Homens, Nossa Senhora do Rosário e de São Gonçalo - chamada depois de Nossa Senhora da Conceição dos Militares - já destruídas mas que, possivelmente, continham sinais semelhantes em sua ornamentação.

Notas

1) Este texto, salvo pequeníssimas modificações para adaptá-lo a esta publicação, constitui o segundo capítulo da dissertação intitulada **Arte, Religião e Conquista: os sistemas simbólicos do poder e o Barroco na Paraíba**, apresentada, em 06 de agosto de 1999, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - PPGS-UFPb (Campus I - João Pessoa), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

2) Professora de *História da Arte e Turismo e Patrimônio Cultural* na Faculdade de Turismo do Instituto de Educação Superior - IESP (João Pessoa - PB). Doutoranda em Sociologia pelo PPGS-UFPb (Campus I - João Pessoa).

3) Grifo do autor.

4) Grifos nossos.

5) Cerca de 24 km.

6) Grifos nossos.

7) Grifos nossos.

8) Em tupi, *par'a'iwa*, rio de águas ruins.

9) A maior parte dos fidalgos e colonos portugueses que vinham para o Brasil tentar fortuna, ao menos nos primeiros séculos da colonização, eram extremamente jovens, muitas vezes com menos de 20 anos. Na verdade, vários dos marujos convocados para viajar nas naus e caravelas da expedição de Cabral, por exemplo, tinham entre 15 e 16 anos (Bueno, 1999).

10) Segundo Celso Mariz (1922: 50), desde o final do século XVII - mais precisamente 1692 - a Paraíba enfrentou, alternadamente, agudas secas e grandes inundações que prejudicaram severamente a produção de cana-de-açúcar no litoral e a pecuária no interior. As principais secas ocorreram já no século XVIII, em 1724/1726, 1777/1778 e 1791/1793. Já as maiores enchentes ocorreram em 1698, 1713 e 1789.

Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA, Marco Aurélio (ed.). (1983). **Iconografia da Paraíba: cartas, fortificações, aspectos urbanos**. Recife: Pool Editorial.
- ALMEIDA, José Américo de. (1993). *Da conquista à colonização nos primeiros tempos*. In: MELLO, José Octávio de Arruda & RODRIGUES, Luiz Gonzaga (orgs.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. 2ª ed. João Pessoa: Grafset, pp. 16-20.
- AQUINO, Aécio Vilar de. (1988). **Filipéia, Frederica, Paraíba**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo.
- BARLÉU, Gaspar. (1647). **História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Prefácio e Notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. (1618). **Diálogos das grandezas do Brasil**. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- BUENO, Eduardo. (1999). *Uma empolgante viagem rumo ao Descobrimento*. **Brasil 500 Anos**. (<http://www.brasil500.com.br>).
- FREYRE, Gilberto. (1933). **Casa-grande e senzala**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- HERCKMANS, Elias. (1639). *Descrição geral da Capitania da Paraíba*. in: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). **Fontes para a história do Brasil holandês - vol. 2: a administração da conquista**. Recife: MINC/SPHAN, 1985, pp. 59-112.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1936). **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- JOFFILY, Irenêo. (1892). **Notas sobre a Parahyba**. 2ª ed. (fac-similar). Brasília: Thesaurus, 1977.
- MARIZ, Celso. (1922). **Apanhados históricos da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: SEC/CEC/A União.
- MELLO, Humberto C. de. (1993). *Bases da sociedade paraibana: escravidão, regime de família e propriedade*. In: MELLO, José Octávio de Arruda & RODRIGUES, Luiz Gonzaga (orgs.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. 2ª ed. João Pessoa: Grafset, pp. 49-53.
- MELLO, José Octávio de Arruda. (1994). **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/ SEC/ A União.
- MORENO, Diogo de Campos. (1612). **Livro que dá razão do Estado do Brasil - 1612**. Edição crítica, com introdução e notas de Hélio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.
- PASCHOA, Antonio Gonçalves. (1630). *Descrição da cidade e barra da Paraíba*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (3): 367-371, 1911.
- RAMINELLI, Ronald. (1992). *Simbolismos do espaço urbano colonial*. In VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 163-175.
- RÉGIS, Elza. (1982). **A autonomia da Paraíba**. Recife: UFPE (mimeo. - Dissertação de Mestrado em História).
- THEODORO, Janice. (1992). **América barroca: tema e variações**. São Paulo: EDUSP/ Nova Fronteira.
- TRAVASSOS, Simão. (1595). **História da conquista da Paraíba (Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba)**. Campina Grande: FURNE/ UFPb, 1983.

Fontes Iconográficas

- Figuras nº 1, 3, 5, 7, 8.
ALCÂNTARA, Marco Aurélio (ed.). (1983). **Iconografia da Paraíba: cartas, fortificações, aspectos urbanos**. Recife: Pool Editorial.
- Figura nº 2.
SEIXAS, Wilson Nóbrega. (1987). **Santa Casa de Misericórdia da Paraíba: 385 anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta.
- Figura nº 4.
BATISTA, Juarez. (1951). **Caminhos, sombras e ladeiras - esboço de perfil de uma cidade do Nordeste brasileiro**. 2ª ed. João Pessoa: FUNCEP/ A União, 1989.
- Figura nº 6.
XXIV Bienal de São Paulo. **Núcleo Histórico: Antropofagia e Histórias de Canibalismos**
<http://www.uol.com.br/bienal/24bienal/nuh/index.htm>
- Figuras nº 9, 10.
Fotos de Valéria Rezende.